



Determinantes da mulher chefe de família brasileira: uma análise rural, urbana e regional

José Newton Pires Reis¹

Edward Martins Costa²

Ivan de Oliveira Holanda Filho³

Marcos Paulo Mesquita da Cruz⁴

Medna N'dami⁵

Recebido em: 20-05-2025

Aceito em: 27-06-2025

Resumo

Este trabalho investiga as características da mulher chefe de família do Brasil, nas áreas rurais e urbanas das cinco regiões do Brasil, usando como base o ano de 2015 em comparação ao ano de 2005. Os microdados utilizados são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Usou-se como metodologia a função de regressão *logit*. As situações foram analisadas para a variável mulher chefe de família. Os resultados revelam as mudanças ocorridas na estrutura familiar, em que se destaca a mulher como pilar econômico, embora ainda com pouca renda *per capita*, tornando-se evidente uma nova conjuntura familiar. Foram apontados distintos resultados dependendo da região do país, mostrando o quão ecléticas podem ser essas mulheres, e como as mudanças socioeconômicas podem alterar as características sociais e econômicas. Em síntese, o trabalho mostra as características socioeconômicas definidoras da mulher enquanto provedora do lar.

Palavras-chave: Mulher Chefe de Família. *Logit*. Efeitos Marginais.

Determinants of female head of household in Brazil: a rural, urban and regional analysis

Abstract

This work investigates the characteristics of the female head of household in Brazil, rural and urban areas, as well as the five regions of the country Brazil, using 2015 as a base compared to 2005. The micro data used come from the National Survey by Household Sample (PNAD) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). As a methodology, the regression function belongs to the *logit*. The situations were analyzed for the variable woman head of household. The results reveal the changes in the family structure, highlighting women as an economic pillar, although still with little per capita income, making a new family situation evident. Different results were revealed depending on the region of the country, showing how eclectic these women can be depending on the Brazilian region. In summary, the work shows the socioeconomic characteristics that characterizes women to become provider of the home.

Keywords: Female Head of Household. *Logit*. Marginal Effects.

¹ Doutorado em Economia Agrária (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC). newton@ufc.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Departamento de Economia Agrícola. edwardcosta@ufc.br

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC). ivanfilho@ymail.com

⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC). marcos_paulo_mesquita@hotmail.com

⁵ Graduação em Agronomia na Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). mednaveira@gmail.com

1 Introdução

A composição da estrutura familiar tem passado por várias transformações nas últimas décadas. Dentre elas, destaca-se o fato de a mulher ter se tornando chefe de família com maior frequência. Antes tida como dona do lar, ela passou a ter um papel mais amplo, transformando-se na pessoa de referência, seja pela sua mão de obra, seja pela sua influência social.

De acordo com Alves (2014), diversas transições favoreceram a emancipação feminina, tais como: transição urbana, transição demográfica, nutricional, epidemiológica, da estrutura etária, dos padrões de família, religiosa, entre outras. A mulher tem sido responsável pela quebra de paradigmas sobre a inserção feminina no mundo do trabalho e de seus reflexos na sociedade. As transformações existentes na família mostram a diversidade em diferentes aspectos, a saber: formação, número de membros, organização, renda, o que confirma a flexibilidade e diversidade na organização dos grupos domésticos (BILAC, 2006; SARTI, 2011).

De acordo com o IBGE, a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e da inserção da mulher no mercado de trabalho são alguns fatores que produzem alterações nas estruturas familiares. Uma dessas mudanças foi o aumento da proporção de mulheres que se encontravam na condição de pessoa de referência da família. Na década de 1990, quando o IBGE mensurou, pela primeira vez, a quantidade de mulheres chefes de família, houve uma proporção de 19,1% das famílias brasileiras que consideravam a mulher referência do lar. Com isso, percebe-se que é uma temática contemporânea ainda carente de investigação.

Juntamente com o crescimento frequente da presença feminina na esfera do trabalho, esse fato trouxe à tona uma situação cada vez mais constante na atualidade nomeadamente a mudança de gênero na manutenção da família (MENDES, 2002). Ressalta-se que “a família é uma instituição social e historicamente situada, sujeita a mudanças de acordo com as diferentes relações estabelecidas entre seus companheiros” (ARANHA, 1996).

O grupo de mulheres chefe de família tem aumentando a cada ano. De acordo com o censo 2010, quando os cônjuges vivem juntos com os filhos, as mulheres são consideradas responsáveis em 22,7% das residências e, quando apenas um dos pais vive com os dependentes, as mulheres passam a responder por 87,4% dos lares. Nesse contexto, surge a pergunta: Quais os determinantes de participação da mulher chefe de família no mercado de trabalho? Desse modo o objetivo geral é analisar os determinantes da mulher chefe de família brasileira. Como objetivos específicos, procura-se evidenciar o perfil da chefe de

família, verificar em um período histórico e sociocultural as características da mulher, as diferenças entre as chefes de famílias do meio rural e do meio urbano, assim como das diferentes regiões do Brasil.

A contribuição desse trabalho está relacionada a escassez na literatura nacional em relação a quem são as mulheres chefes de família no Brasil. Também pretende-se verificar o perfil dessa mulher para o mercado de trabalho, sua formação familiar e educacional. Outra contribuição decorre da verificação do efeito que algumas variáveis como número de filhos, nível educacional, trabalho fixo, renda familiar entre outras, influem na mulher se tornar arrimo do lar, auxiliando assim uma melhor especificidade nos programas governamentais voltados para essas mulheres. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o ano de 2015 em comparação ao ano 2005. Assim foi estimado um modelo *logit* que buscou verificar a probabilidade de participação no mercado de trabalho da mulher considerada referenciado lar.

O trabalho está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção, são abordadas as principais características do momento atual a respeito do papel da mulher na sociedade, as suas responsabilidades como chefe familiar e sua inserção no mercado de trabalho nas áreas rurais e urbanas das cinco regiões do Brasil. Em seguida, na terceira seção, explicita-se a metodologia adotada, com a descrição da base de dados a ser aplicada no modelo proposto. Na quarta seção, apresentam-se os resultados e sua discussão. Por fim, são tecidas as considerações finais do estudo.

2 Revisão teórica

A seção, a seguir, apresenta alguns estudos sobre a temática mulher chefe da família no Brasil. Para um melhor embasamento desta pesquisa, serão expostas as evidências que levam as mulheres a se tornarem chefe de família. Na sequência, verificam-se o papel da mulher no mercado de trabalho e seus desafios enfrentados nas questões de igualdade social e econômica.

2.1 Mulher chefe de família no Brasil

O artigo 226 da Constituição Federal do Brasil conceitua o que é família. A família dos dias atuais possui como premissas o afeto e a dignidade da pessoa humana, e vai além de

um meio familiar constituído pelo casamento e unido pela herança genética. Não obstante, agora, são os laços afetivos que determinam as relações familiares. A ideia da família pós-moderna é ampliativa, ou seja, a família que se assemelhava ao modelo estrutural vigente até então, ainda perdura e é protegida. O que ocorreu, na realidade, foi que essa estrutura tradicional passou a coexistir com outros modelos familiares (FARIAS, ROSENVALD, 2012).

Entende-se como família monoparental feminina aquela em que “o grupo familiar é composto pela mulher mãe e seus filhos menores de 25 anos e solteiros. Nesse arranjo familiar, geralmente, é a mulher a única responsável pela sustentabilidade econômica da família” (BRITO, 2008). Nota-se que na estrutura familiar, a mulher veio acumulando diversos papéis sociais. Na atualidade, ela ocupa o papel de mãe – a que cuida e educa – e de chefe de família, ou seja, é a responsável por prover o sustento. Embora os estudos relativos a mulheres como chefes de famílias sejam recentes, esse não é um fato tão novo no Brasil.

As famílias chefiadas por mulheres datam do século XX. Em sua maioria, esse fato é decorrente do abandono dos lares pelos homens, que saíam de casa em busca de melhores empregos por conta da grande urbanização ocorrida nesse século (PACHECO, 2005). Com o aumento da urbanização, a maior complexidade da estrutura produtiva, a redemocratização política, e as mudanças sociais e demográficas, o país viu crescer os diferentes dos arranjos familiares e apresentou um enorme crescimento da quantidade de famílias “chefiadas” por mulheres (BERQUÓ; OLIVEIRA, 1990; BARROS; FOX; MENDONÇA, 1994; IBGE, 2002).

Há também uma clara tendência a uma maior convergência na igualdade de gênero, embora a complexidade das situações mostre que o Brasil ainda está distante de alcançar a equidade de gênero e a justiça social completa nas relações entre homens e mulheres (ALVES; CAVENAGHI; CARVALHO; SOARES, 2017). O fato inquestionável é que o Brasil passa por diversas transições econômicas, sociais e culturais - sincrônicas e transversais - e há um claro processo de aumento da diversidade e variedade dos arranjos familiares (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001).

Uma questão a ser analisada é a tendência observada de redução do tamanho da família, que se relaciona tanto à redução do número de filhos, como as novas formas de estruturação da família. A tendência de redução do tamanho da família é apresentada também por outros estudos (OLIVEIRA, 2012). Outros fatores relacionados às medidas de ampliação do acesso escolar à educação infantil, ainda que incipientes, também têm contribuído para a maior inserção de mulheres com encargos por crianças, dentre estas as chefes monoparentais femininas (MONTALI, 2014).

Na virada do século, muitos movimentos significativos se voltaram para a educação da mulher, visando acompanhar as mudanças culturais da sociedade, em que a mulher assumia seu papel social de professora dos filhos e de elevar o prestígio social do marido. Por isso, deveriam receber instrução, surgindo a preocupação com seu aprendizado (LOURO, 2008).

Uma das consequências do superávit de mulheres na sociedade brasileira é o crescimento do eleitorado feminino, o que, de certa forma, representa uma maior autonomia, pois em tese elas podem decidir uma eleição. Em decorrência do aumento do envelhecimento populacional, são as mulheres acima de 30 anos que possuem os maiores diferenciais em relação aos homens, caracterizando uma situação de fortalecimento do “poder das Balzaquianas” (ALVES, 2014). A promoção de autonomia feminina está positivamente relacionada com o desenvolvimento econômico, sendo que um fenômeno reforça o outro: “Em um sentido, o desenvolvimento joga um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção, a delegação de autoridade das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento” (DUFLO, 2013).

A análise das mulheres chefes de família numa perspectiva de gênero nos permite afirmar que há uma sobrecarga de papéis, de dona de casa e provedora do lar, assumidos pelas mulheres frente às dificuldades sociais, econômicas e de violência experimentadas por elas, refaz uma face perversa da condição feminina, sobressaindo por um lado, abaixa autoestima, as frustrações, os medos e anseios e, por outro, a coragem e a perseverança na luta pela sobrevivência (PINTO, 2011). Assim, destaca-se que o modelo de família e os papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres, tanto no âmbito familiar como social, estão sendo questionados e revistos (FEITOSA, 2008).

Cumprir o papel de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher acostumada a trabalhar, sobretudo, quando está carente de alimento; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um ‘chefe masculino’. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera (SANTI, 2015).

O excedente feminino cresce nos grupos etários da parte superior da pirâmide. Todavia, a atuação requerida da sociedade brasileira deveria vir no sentido de reduzir a sobre mortalidade masculina em idades jovens, o que ajudaria a diminuir os desequilíbrios no

“mercado conjugal”. Há também o questionamento da necessidade de um par conjugal, como o exigido no modelo de família tradicional (CAMARANO; ARAUJO, 2014).

No que tange à chefia familiar, quando uma família é constituída por um núcleo básico (marido, esposa, filhos) ou uma extensão dele (marido, esposa, filhos e outros parentes), é comum as pessoas da família elegerem o homem como chefe da família (CARVALHO, 1998, PACHECO, 2005). De fato, a chefia feminina abarca um leque muito mais amplo de situações sociais e não se limita às camadas mais pobres da sociedade. Não seria correto vitimizar as mulheres chefes de família e considerar o seu crescimento como uma expressão do caos social (BILAC, 2006).

2.2 Mulher no mercado de trabalho

O Brasil apresentou um grande crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nas últimas seis décadas. A PEA total passou de 17,1 milhões de pessoas, em 1950, para quase 93,5 milhões de pessoas, em 2010 (aumento de 5,5 vezes). A PEA masculina passou de 14,6 milhões para 52,8 milhões (incremento de 3,6 vezes), enquanto a PEA feminina teve uma elevação extraordinária, passando de 2,5 milhões, em 1950, para 40,7 milhões, em 2010 (crescimento de 16,3 vezes). Parte dessa expansão deve-se a mudanças metodológicas nos instrumentos de coleta do censo e das pesquisas domiciliares, mas a tendência de aumento de longo prazo é inegável e são as mulheres a principal força por trás do crescimento geral da força de trabalho.

O número de mulheres em cargos importantes cresceu bastante nas empresas. Provavelmente, num futuro próximo o perfil etário da PEA feminina será igualado, pois há um crescimento da taxa de atividade para as mulheres em todas as faixas etárias (PROBST, 2005). As transições urbana e demográfica, tidas como fenômenos macros sociais, não teriam impacto nas relações de gênero se não abrissem a possibilidade de inserção feminina na escola e no mercado de trabalho. O avanço da cidadania, como direito que abarca as dimensões macro e microssocial, serviu de estímulo para o aumento do capital humano e a entrada do sexo feminino na PEA. Maiores níveis educacionais e de trabalho também afetam os arranjos familiares.

O trabalho é a fonte de toda a riqueza humana. De acordo com Adam Smith (1983), no livro “A Riqueza das Nações”, “O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome

anualmente”. Toda a economia clássica reafirma a importância do trabalho como fonte do bem-estar nacional e individual. Isto vale para os homens, mas principalmente para as mulheres, que sempre tiveram restrições ou barreiras à entrada na força de trabalho extradoméstica.

Os grupos familiares estão suscetíveis a influências do contexto sócio-histórico aos quais estão vinculados. As famílias de hoje absorvem processos ocorridos desde a última década do século XX, como a entrada “maciça, duradoura e irreversível” da mulher no mundo do trabalho; o deslocamento nos papéis de gênero; a redução dos índices de fecundidade; o crescimento da concepção em idade mais precoce; o aumento do número de famílias monoparentais e o aumento da perspectiva de vida (OSTENE, 2015).

A substituição da família de núcleo duplo pela família nuclear aconteceu devido à exploração da força de trabalho feminina, quando, através de seus assalariamentos, houve uma maior “independência” em relação ao marido (CARDOZO, 2010, PERETTI, 2010). Nesse contexto, a família nuclear apresenta novas características em sua organização (RIBEIRO, MARIANO, LOPES, 2014). As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferencia a permanência forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa” (LOURO, 2008).

As mudanças sociodemográficas ocorrem concomitantemente à progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho e, especialmente da mulher cônjuge. Acredita-se que a redução do número de filhos e do tamanho da família tenha favorecido à articulação das atividades produtivas e reprodutivas, levando-se em consideração que pouco se alterou na sociedade brasileira relativamente à divisão sexual do trabalho domiciliar ou seja, a mulher quando chega em sua residência ainda tem que cuidar dos afazeres domésticos (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

A mulher ultrapassou o homem em todos os níveis educacionais, elevou a participação no mercado de trabalho, reduziu diferenças salariais. Mas há enorme disparidade no tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidados com filhos e idosos. Ela ainda carrega a maior responsabilidade nisso, o que sobrecarrega e limita, em muitos casos a ascensão profissional (MONTEIRO, 2018). Essas mulheres ocupam posições de menor qualificação e, conseqüentemente, menor remuneração. Muitas delas se posicionam no mercado informal, contudo, sem proteção de direitos trabalhistas e com menores rendimentos (SORJ, FONTES, MACHADO, 2007).

Sobre a situação de extrema pobreza entre as mulheres, a Organização Internacional do Trabalho OIT (2005) ressalta que a pobreza afeta homens e mulheres de forma diferente. Existem processos e características comuns a homens e mulheres na situação de pobreza, mas também outros nos quais se pode observar uma clara incidência de determinantes de gênero. Foram as mulheres as incumbidas de receber os benefícios do Programa Bolsa Família (PFB), programa de transferência de renda que se constituiu em um dos maiores responsáveis pela expressiva redução de pobreza e da indigência no Brasil.

De um modo geral, estudos realizados sobre o Programa Bolsa Família apontam que a titularidade feminina de benefício ampliou a autonomia as mulheres, suas expectativas e suas percepções sobre novas possibilidades de escolhas e de participação na vida comunitária, mesmo que, em alguma medida, reforçado - ou baseando - se em estereótipos e convenções de gênero (BARTHOLO, 2016). A proporção de mulheres ocupadas sem remuneração é superior à dos homens em todos os setores econômicos e, sobretudo, na agropecuária esse fenômeno se manifesta de forma mais aguda. Ressalta-se esse aspecto devido ao peso que o problema da ocupação sem remuneração tem para a discussão da pobreza e sua prevalência no âmbito das atividades rurais (MELO, SABBATO, 2000).

3 Metodologia

A presente seção é destinada à exposição dos procedimentos metodológicos empregados neste estudo. Dessa maneira, apresenta-se a base de dados e o modelo econométrico empregado neste trabalho para a investigação de quais os determinantes de participação da mulher chefe de família no mercado de trabalho nas áreas rurais e urbanas das cinco regiões do Brasil.

3.1 Base de Dados

A base de dados utilizada para este trabalho foi obtida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) referente ao ano de 2015. As variáveis do modelo foram selecionadas de acordo com a sua importância em relação a mulher chefe de família no Brasil, bem como a literatura que trata do assunto, como no trabalho de Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves, Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Os tipos de variáveis e as descrições estão detalhados no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Descrição das variáveis da mulher como chefe de família

Variável de Resultado	
Mulher chefe de família <i>Dummy</i> para mulher chefe de família (1-mulher referência do lar; 0-caso contrário).	
Covariadas	
Idade	Idade da pessoa de referência do domicílio.
Horas trabalhadas	Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal da pessoa de referência.
Idade que começou a trabalhar	Idade que a pessoa de referência começou a trabalhar
Logaritmo natural(rendimento)	Logaritmo natural (rendimentos) $\ln$ do rendimento principal da pessoa de Referência da família.
Experiência	Experiência profissional da pessoa de referência.
Experiência ²	Experiência profissional da pessoa de referência ao quadrado.
Rural	<i>Dummy</i> , para domicílio de referência (1-se reside na Zona Rural; 0 -caso contrário).
Não Branca	<i>Dummy</i> cor da pessoa de referência dado domicílio (1-branca; 0- caso contrário).
Filhos	<i>Dummy</i> para filhos no domicílio (1-sim;0-não).
Migrante	<i>Dummy</i> para pessoa referência do lar ser migrante (1-sim; 0-não).
Estado civil	<i>Dummy</i> para estado civil da pessoa de referência do domicílio (1-casado; 0-caso contrário).
Analfabeto	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio sabe ler (1-sim; 0-caso contrário).
Carteira assinada	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se tem carteira assinada no emprego principal (1-sim; 0-caso contrário).
Sem instrução	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se não tem instrução ou menos de um ano de estudo (1-sim; 0-caso contrário).
Ensino fundamental completo	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se tem o ensino fundamental completo (1-sim; 0-caso contrário).
Ensino médio completo	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se tem o ensino médio completo (1-sim; 0-caso contrário).
Ensino superior (completo ou incompleto)	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se tem o ensino superior completo ou incompleto (1-sim;0-caso contrário).
Nordeste	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se reside na regiãoNordeste (1-sim; 0-casocontrário).
Centro-Oeste	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicílio se reside na região Centro-Oeste (1-sim;0-casocontrário).
Norte	<i>Dummy</i> parapessoa dereferênciadodomicilioeresidena regiãoNorte (1-sim; 0-caso contrário).
Sudeste	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicilio se reside na regiãoSudeste (1-sim;0-caso contrário).
Sul	<i>Dummy</i> para pessoa de referência do domicilio se reside na região Sul (1-sim; 0-caso contrário).

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados (PNAD 2015), 2020.

Ademais, foram aplicados filtros de seleção, buscando uma amostra homogênea. Selecionou-se pessoas que eram mulheres e referências do lar, e que tinham entre 16 e 65 anos de idade. Por fim, foi realizado um tratamento necessário para o estudo, com o uso do peso do indivíduo na amostra, com o intuito de fazer inferências de resultados na população.

3.2 Modelo econométrico

Para definir o modelo que melhor se ajusta à pesquisa, foi utilizado o Critério da

Informação de Akaike (AIC) e o Critério de Informação Bayesiano (BIC)¹. Como modelos com mais variáveis tendem a produzir menor SQE (Soma dos Quadrados Explicados), mas usam mais parâmetros, a melhor escolha é balancear o ajuste com a quantidade de variáveis. Com isso o modelo que melhor se ajustou à pesquisa foi o *logit*.

O modelo de *logit* é um modelo de escolha discreta, em que a variável dependente é binária, assumindo (0/1)². Em nossa pesquisa, ($Y = 1$) quando é mulher e referência da família, e ($Y = 0$) quando o é mulher e não é referência da família. A estimação é realizada assumindo um vetor de covariadas X , que impactam na probabilidade de ser mulher e chefe do lar.

De acordo com Greene (2000), o modelo não exige a normalidade das variáveis independentes e da igualdade de matrizes de covariância, sendo semelhante a uma regressão múltipla, por não possuir o poder de incorporar os efeitos não lineares (HAIR, 1998). Segundo Hosmer Lemeshow (1989), a técnica de regressão logística tornou-se um método padrão de análise de regressão para variáveis medidas dicotomicamente. Uma vantagem da regressão logística é sua abordagem probabilística. Assim, a função de probabilidade condicional do modelo *logit* é dada por:

$$Pr(y_i = 1 | x_i = G(x_i)) = \frac{\exp(x_i\beta)}{1 + \exp(x_i\beta)} \quad (1)$$

Como o modelo *logit* é não-linear, uma vez que a $G(\cdot)$ é uma função não-linear, o valor absoluto dos coeficientes não tem significado econômico, sendo utilizadas apenas informações a respeito do sinal e à sua significância estatística. Assim, para interpretar o significado econômico das variáveis explicativas, no entanto, é necessário calcular os efeitos marginais dos coeficientes estimados. Lorg e Freese (2006) afirmam que, nas regressões logísticas, os efeitos marginais mensuram as modificações discretas de maneira mais informativa. Sendo assim, é possível ter uma explicação mais precisa dos efeitos de cada variável exógena. Para analisar os impactos quantitativos gerados a partir da variação de uma variável explicativa, utiliza-se o efeito marginal médio do modelo *logit* definido por:

$$\frac{\partial E(y_i)}{\partial(x_{ij})} = f(x_i\beta)\beta \quad (2)$$

¹Tanto AIC quanto BIC aumentam conforme a Soma dos Quadrados dos Erros (SQE) aumenta. Além disso, ambos critérios penalizam modelos com muitas variáveis, sendo que valores menores de AIC e BIC são preferíveis.

²Ver Greene (2003).

Ademais, os efeitos marginais médios têm vantagem por fazerem uma análise das implicações quantitativas a respeito dos coeficientes estimados. Ressalta-se que é particularmente de interesse examinar as variáveis potencialmente favoráveis a políticas, como educação e localização alteram a probabilidade de desemprego de variadas maneiras.

Com o intuito de utilizar o modelo mais adequado, foram feitos alguns testes. O Teste *Hosmer-Lemeshow Goodness-of-fit* comprova se o modelo proposto pode explicar bem o que se observa por meio das distâncias entre as probabilidades ajustadas e as probabilidades observadas. De acordo com Hair (1998), um bom ajuste de modelo é indicado por um valor *qui-quadrado* não significativo. Para corroborar o primeiro teste, utiliza-se o Teste da Razão da Verossimilhança. Segundo Fávero (2014), o teste é analisado de maneira similar ao Teste F da Regressão Linear, porém, utilizando uma estatística com distribuição *qui-quadrado* para analisar a significância conjunta do modelo. Por fim, foi considerada a Curva Característica de Operação do Recepto (ROC), que mede a capacidade de o modelo discriminar as categorias da variável dependente.

4 Resultados

Nesta seção, são apresentados, inicialmente, os resultados das Estatística Descritivas e a discussão dos resultados obtidos. Em seguida, apresentam-se os resultados da estimação e também a discussão dos resultados alcançados para tal modelo econométrico.

4.1 Estatísticas Descritivas da Mulher Chefe de Família

Na tabela 1 é apresentada uma síntese das estatísticas descritivas da amostra utilizada na pesquisa. A maioria das variáveis utilizadas são binárias. Assim, a média dessas variáveis representa percentuais, levando em consideração a característica que assume o valor 1. Com relação a variável de pesquisa, percebe-se que, em média, no Brasil, 37% dos chefes de família são mulheres, em comparação, por exemplo, com a média do ano de 2005, que foi de 28%, mostrando que ocorreu um aumento de praticamente 10% nos últimos 10 anos.

Tabela 1- Estatísticas descritivas Brasil ano 2015

VARIÁVEL	Brasil		BrasilRural		BrasilUrbano	
	Média	DesvioPadrão	Média	DesvioPadrão	Médias	DesvioPadrão
Mulher Chefe	0,37	0,48	0,21	0,41	0,40	0,49
Zona Rural	0,17	0,38	-	-	-	-
Idade	38,37	12,30	38,64	13,00	38,32	12,16
Branca	0,39	0,49	0,29	0,46	0,41	0,49
Horas Trabalhada	38,14	12,88	33,47	15,16	39,11	12,14
In Rendimento	7,01	0,89	6,42	0,97	7,11	0,84
Rendimento	1579,57	2357,82	696,06	1244,76	1762,62	2488,97
Experiência	23,31	13,67	26,28	14,36	22,70	13,44
Experiência ²	543,35	186,86	690,63	206,20	515,29	180,63
Não Tem Filhos	0,12	0,32	0,06	0,24	0,13	0,34
Migrante	0,42	0,49	0,35	0,48	0,43	0,50
Casada	0,05	0,21	0,05	0,22	0,05	0,21
Carteiravassinada	0,38	0,49	0,14	0,35	0,43	0,50
Maisvde umvtrabalho	0,03	0,18	0,04	0,19	0,03	0,18
RendavDomiciliar	4,48	9,66	3,87	11,18	4,61	9,31
Sem Instrução	0,06	0,24	0,15	0,35	0,04	0,20
Fundamental	0,47	0,52	0,44	0,50	0,48	0,54
Médio	0,37	0,48	0,21	0,40	0,40	0,49
Superior	0,21	0,41	0,05	0,23	0,24	0,43
Norte	0,17	0,38	0,26	0,44	0,15	0,36
Nordeste	0,33	0,46	0,45	0,49	0,28	0,45
Sudeste	0,37	0,48	0,18	0,38	0,42	0,49
Sul	0,09	0,29	0,08	0,27	0,09	0,29
Centro-Oeste	0,04	0,20	0,02	0,15	0,05	0,21

Fonte:Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa, 2020.

Das mulheres chefes no Brasil, somente 17% se encontram na zona rural, sendo que a média de idade é de 38 anos, 12% não têm filhos, 42% são migrantes e apenas 5% são casadas. Quando analisa-se a renda, em média, elas têm uma renda de até um salário mínimo, 38% possuem carteira assinada, somente 3% têm mais de um emprego. Tal fato corrobora a ideia segundo a qual a participação da mulher chefe de família se dá, com maior frequência, nos trabalhos informais, instáveis, de menor qualificação e com as remunerações mais baixas do mercado, que estão longe de garantir condições de vida satisfatórias e o desenvolvimento futuro de sua família (PACHECO, 2005).

Ao se examinar o nível de instrução das mulheres chefes de família, 6% eram sem instrução ou menos de um de estudos, 47% tinham ensino fundamental completo, 37% ensino médio completo, e 21% ensino superior incompleto e/ou completo. A taxa de analfabetismo no Brasil diminuiu considerando para as chefes de famílias em comparação ao ano de 2005. Contudo, as chefes de famílias ainda possuem baixa escolaridade (SANTOS; SANTOS, 2009).

De acordo com a análise da tabela 1, na região Sudeste essas mulheres são mais

presentes, pois representam a maioria, isto é, 37%. Porém, essas mulheres estão mais atuantes na zona urbana com 42%. Já o Nordeste se destaca por ter o maior número de chefes de famílias residentes na zona rural, chegando a 45% do Brasil. Essa estatística demonstra que na região Nordeste, assim como em 2005, ainda se encontra o maior número de mulheres que são arrimo do lar no meio rural, e essa média se mantém estável ao longo dos últimos 10 anos, de 44% na PNAD 2005, aumentou para 45% na PNAD 2015.

No Brasil Rural, os destaques ficam por conta da renda familiar per capita, pois a maioria das chefes de família sobrevivem recebendo em média menos de um salário mínimo. Na educação ainda temos um elevado número dessas mulheres que não sabem ler, 17% e 15% sem nenhuma instrução ou menos de um ano de estudo. No caso de emprego formal, tem-se que somente em média 14% das mulheres chefes, que moram na zona rural, possuem carteira assinada.

Na tabela 2 estão os dados das diferentes regiões do Brasil. Ao se considerar somente a região o Nordeste, nota-se que há uma maior média de mulheres chefes, a saber, 39%. A região Sudeste tem o maior número absoluto de chefias, mas a região Nordeste apresenta as maiores taxas relativas. A maioria das mulheres chefes de família concentra-se na região Nordeste do país (MOURA, 2013). Relativo a cor (não branca), a maioria que se considera branca está na região Sul, com 50%, sendo que na região Norte, apenas 20% das chefes de família se consideram brancas. A maioria dessas mulheres que são consideradas referências do lar possuem filhos, sendo a região Sudeste a que possui o maior número de chefes sem filhos, 14%.

Houve um crescimento no trabalho formal, em comparação com o ano de 2005, na região Sudeste e Sul chega a 48%. Ainda assim, nas regiões Norte e Nordeste a mulher chefe de família sobrevive com menos de um salário de renda domiciliar per capita. Há menos mulheres em ocupações remuneradas; elas dedicam menos horas semanais ao trabalho remunerado e recebem menores rendimentos. Em parte, isso decorre do excesso de trabalho não remunerado (a fazeres domésticos) que fica a cargo das mulheres e que faz parte da divisão sexual do trabalho (CAVENAGHI, 2018). Quanto aos dados educacionais, tem-se que o Nordeste ainda é a região de maior índice de mulheres analfabetas, sendo 10% das mulheres chefes de família declararam que não têm instrução ou menos de um ano de estudo. Melhoria individual das condições de saúde, educação e trabalho das mulheres propiciou ganhos econômicos agregados à sociedade (ALVES, 2017).

Tabela 2 - Estatísticas descritivas das regiões do Brasil ano 2015

VARIÁVEL	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste	
	Médias	Desvio padrão	Médias	Desvio padrão	Médias	Desvio padrão	Médias	Desvio padrão	Médias	Desvio padrão
MulherChefe	0,37	0,48	0,39	0,49	0,37	0,48	0,32	0,47	0,37	0,48
Zona Rural	0,23	0,44	0,25	0,43	0,08	0,27	0,15	0,36	0,09	0,29
Idade	37,44	12,19	37,89	12,19	39,07	12,34	39,09	12,62	38,07	12,05
Branca	0,20	0,40	0,25	0,44	0,50	0,50	0,78	0,41	0,38	0,48
HorasTrabalhadas	37,19	13,11	36,29	13,57	39,46	12,23	39,90	12,24	39,80	11,66
In Rendimento	6,88	0,82	6,63	0,94	7,25	0,78	7,37	0,78	7,31	0,80
Rendimentos	1.263,97	1.765,08	1.061,57	1.667,34	1.962,30	2.841,50	2.107,74	2.532,47	2.123,09	2761,73
Experiência	22,70	13,48	23,05	13,63	23,58	13,67	24,29	14,03	23,25	13,60
Experiência ²	512,29	181,71	531,30	185,77	556,01	186,86	590,00	196,84	540,76	184,96
NãoTem Filhos	0,09	0,28	0,11	0,31	0,14	0,35	0,13	0,33	0,15	0,35
Migrante	0,49	0,50	0,35	0,48	0,40	0,49	0,48	0,50	0,62	0,49
Não casada	0,06	0,24	0,05	0,22	0,04	0,19	0,04	0,20	0,07	0,26
Carteira assinada	0,26	0,44	0,28	0,45	0,48	0,50	0,48	0,50	0,44	0,50
Maisde um trabalho	0,02	0,15	0,04	0,19	0,03	0,18	0,04	0,19	0,03	0,16
Renda Domiciliar	3,88	8,63	3,92	9,57	4,98	10,06	5,24	9,86	5,12	10,39
Sem Instrução	0,07	0,25	0,10	0,30	0,03	0,17	0,03	0,16	0,04	0,20
Fundamental	0,41	0,49	0,39	0,49	0,34	0,47	0,36	0,48	0,33	0,47
Médio	0,35	0,48	0,34	0,47	0,40	0,49	0,36	0,48	0,37	0,48
Superior	0,16	0,37	0,16	0,36	0,25	0,43	0,29	0,45	0,28	0,45

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa, 2020

4.2 Resultados da estimação do modelo de mulheres chefes

Na avaliação de robustez do modelo logístico utiliza-se a tabela de classificação do padrão, considerando as medidas de sensibilidade, especificidade e percentual de acerto do protótipo. A sensibilidade diz respeito ao total de acerto que o arquétipo obtém em relação ao evento. A especificidade, ao contrário, se refere ao total de acertos que o amostra obtém em relação ao não evento de interesse. De modo geral, o modelo logístico conseguiu classificar corretamente 68,92% das observações analisadas. Os resultados do teste de robustez – a curva ROC da regressão logística, a área alcançada chega a mais 0,6 em todas as regressões, o que evidencia um poder discriminatório aceitável – indicam que o modelo está ajustado.

Fazendo uso do modelo *logit*, a tabela 3 apresenta os coeficientes das probabilidades de ocorrência de a mulher chefe de família no Brasil, Brasil rural e Brasil urbano dado repressores utilizados. Os modelos foram estimados com erros padrões baseados na variância robusta. Ademais, a estatística de Wald e o teste da Razão de Verossimilhança foram significativos a 1%, indicando que as variáveis utilizadas são conjuntamente significantes. Como a região Nordeste tem a maior taxa relativa de mulheres consideradas como chefe de família, foi a região usada como comparativa às outras.

O número de mulheres chefes de família no Brasil é de aproximadamente 35.402.275, sendo que cerca de 13,36% são residentes na zona Rural. Em relação às estimações, a maioria das variáveis foram significantes ao nível de 1%, excetuando-se para quando a mulher, no Brasil geral, tem ensino superior completo, se da zona rural e migrante, e na zona urbana quando a variável experiência ao quadrado, ensino fundamental completo, mostrando que nesses casos específicos essas variáveis são irrelevantes.

Por outro lado, residentes em zona rural, migrante, mais de um trabalho, excesso de horas trabalhadas, ser branca e experiência, diminuem as probabilidades destas mulheres se tornarem chefes de família. No caso da área rural a mulher tem uma redução de oportunidades empregatícias, quando essa mulher conseguem emprego muitas vezes, são horas excessivas, causando uma migração das chefes de família para a área urbana. Já no caso de ensino médio completo, quando analisa-se o Brasil geral e Brasil Rural reduz as possibilidades dela se tornar chefe de família, enquanto que no Brasil urbano o efeito é contrário, o fato da mulher ter ensino médio completo aumenta as chances delas e tornar arrimo do lar. Os empregos urbanos exigem uma mão de obra mais especializada, com isso as mulheres procuram ter uma melhor qualificação educacional.

No mercado de trabalho, a idade pode ser considerada como uma *proxy* de experiência. Desse modo, foi estimado quanto maior a idade aumenta a possibilidade da mulher ser chefe. Devido ao maior número de idosas sobreviventes, muitas passaram a ser incorporadas como arrimos de família, principalmente em situações de extrema pobreza (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004; WAJNMAN, 2012).

Segundo Mincer's (1974), quanto maior o nível educacional, maiores os ganhos dos trabalhadores. Entretanto, chefes com nível superior se mostram insignificantes para esse estudo. Enquanto o ensino fundamental aumenta a possibilidade, tanto no Brasil geral como no Brasil rural, mas não é relevante para o Brasil urbano. Já o ensino médio completo tem efeito positivo somente no Brasil urbano. O avanço do nível educacional das mulheres é um dos principais indicadores do processo de redução do autoritarismo masculino (ALVES, CAVENAGHI, 2017).

Os resultados apresentados nos parágrafos anteriores mostraram o efeito das variáveis utilizadas no modelo, sobre as chances a favor da mulher se tornar chefe de família no Brasil. Entretanto, faz-se necessário verificar o tamanho desses efeitos, para se ter uma melhor compreensão do comportamento das variáveis sobre a probabilidade da mulher chefe. Conforme os efeitos marginais, observa-se que em relação a mulher residir em área rural do Brasil diminuem 22,41% a probabilidade dela se tornar chefe de família.

Sabidamente, uma característica conhecida da agricultura brasileira, e latino-americana em geral, é seu baixo poder de absorver mão de obra feminina (TEIXEIRA, 1994). O fato da mulher ser branca reduz 2,23% a possibilidade dela ser chefe de família no Brasil. Já no caso dela ser mãe aumenta em 11,34%, no Brasil urbano chega a 12,08%, o fator de ser não casada, aumenta em 3,86% no Brasil geral e de 6,52% no Brasil rural, esses números colaboram com os estudos segundo os quais muitas dessas mulheres foram mães ainda na adolescência, fruto das altas taxas de fecundidade nessa fase, que não possuíam cônjuge, assumindo a chefia de família (CAVENAGHI; BERQUÓ, 2014).

Em relação às faixas de educação, tem-se que o fato da mulher saber ler aumenta as chances desta ser chefe do lar em 7,41% no Brasil Rural, e 14,98% no caso de sem instrução ou menos de um ano de estudos, já no Brasil urbano o fato de não ter instrução reduz essa probabilidade. Com relação ao ensino médio completo temos uma redução no Brasil geral de 4,61% e 1,15% no Brasil rural, porém no Brasil urbano as chances aumentam.

Os resultados também apontam que em comparação com a região Nordeste, somente na região Norte urbano que as probabilidades de a mulher se tornar chefe aumentam. Todas as

outras são reduzidas, na área rural a região Nordeste sobrepõe todas as outras, mostrando que a região é onde as mulheres possuem uma tendência maior em se tornar chefe. Esses resultados comprovam o que já foi discutido nesse trabalho na seção anterior, que mostrava o maior número relativo de mulheres chefes na região Nordeste.

Com isso, também ver-se que a mulher se torna chefe de família, não é somente uma questão de ideais mas uma questão de necessidade, embora a sociedade regional da região Nordeste, tem ideias machistas, de maneira geral e, a mulher vem combatendo e se tornando independente de situações antes ditatoriais. A tabela 4 apresenta as estimativas da probabilidade da mulher se tornar chefe de família, bem como o efeito marginal nas regiões brasileiras. Como se verifica, os sinais, tanto para as estimativas de chances a favor, quanto para os efeitos marginais dos determinantes da mulher chefe de família no Brasil, variam de acordo com a região analisada, denotando heterogeneidade nos diferentes perfis de mulheres chefes de família.

No que se refere às distintas regiões, alguns resultados chamam atenção, alguns efeitos foram negativos em algumas regiões enquanto em outras foram positivos. O primeiro é o fato de a mulher ter carteira assinada. Tal fato apresenta efeito negativo nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, enquanto nas outras regiões tem influência positiva. O segundo está no fato de a mulher ser não casada tem efeito negativo na região Norte e Centro-Oeste, corroborando com o estudo que diz que o crescimento da chefia feminina em outros tipos de arranjos familiares, especialmente nos arranjos com núcleo duplo, ou seja, com presença de cônjuges se tornou maior em algumas regiões do Brasil (ALVES, CAVENAGHI, 2017).

Em todas as regiões, ser chefe de família do sexo feminino, a probabilidade diminui se for residente das áreas rurais, chegando a diminuir em 29,17% na região Sudeste. Ser de cor branca, ser migrante e ter experiência profissional também reduzem essa probabilidade. Já o fato de ser mãe, em todas as regiões, a possibilidade de ser chefe de família feminina aumenta, sendo o impacto maior para a região Centro-Oeste alcançando 14,32%, muitas das vezes essas mulheres se veem obrigadas a assumir a chefia familiar, por serem mães e não possuírem cônjuges, ou ajuda familiar.

Tabela 3 - Probabilidade e efeito marginal mulher chefe de família para o Brasil

	Brasil 2015		Brasil Rural 2015		Brasil Urbano 2015	
Variáveis	Coeficiente	Efeito Marg. dy/dx	Coeficiente	Efeito Marginal dy/dx	Coeficiente	Efeito Marginal dy/dx
Zona Rural	-0,9553***	-0,2241***				
Idade	0,0338***	0,0079***	0,0477***	0,0082***	0,0324***	0,0078***
Branca	-0,0952***	-0,0223***	-0,0317***	-0,0054***	-0,0957***	-0,0230***
Horas Trabalhada	-0,0026***	-0,0006***	-0,0093***	-0,0016***	-0,0016***	-0,00039***
In Rendimento	-0,2526***	-0,0592***	-0,0790***	-0,0136***	-0,2826***	-0,0679***
Experiência	-0,0314***	0,00739***	-0,0531***	-0,0091***	-0,0289***	-0,0070***
Experiência ²	0,00002***	0,000004***	0,0001***	0,00001***	0,00001	0,00001
Filhos	0,4832***	0,1134***	0,1544***	0,0265***	0,5021***	0,1208***
Migrante	-0,0563***	-0,0132***	-0,0015	-0,0003	-0,0669***	-0,0161***
Estado Civil	0,1645***	0,0386***	0,3788***	0,0652***	0,1338***	0,0322***
Carteira assinada	0,0317***	0,0074***	0,0405***	0,0069***	0,0296***	0,0071***
Mais de um trabalho	-0,0094***	-0,0022***	-0,5270***	-0,0907***	0,0746***	0,0179***
Renda Domiciliar	0,0017***	0,00039***	0,0055***	0,0009***	0,0011***	0,0003***
Sem Instrução	0,0891***	0,0211***	0,1107***	0,0198***	-0,0708***	-0,017***
Fundamental	0,0219***	0,0048***	0,0330***	0,0056***	0,0023	0,0005
Médio	-0,0441***	-0,0108***	-0,0821***	-0,0141***	0,0721***	0,0173***
Superior	0,004	0,0009	0,2257***	0,0389***	-0,0067***	-0,0016***
Região Norte	0,0693***	0,0163***	-0,2153***	-0,0371***	0,1164***	0,0280***
Região Sudeste	-0,0919***	-0,0216***	-0,5578***	-0,0961***	-0,0436***	-0,0105***
Região Sul	-0,1441***	-0,0338***	-0,4605***	-0,0793***	-0,1017***	-0,0245***
Região Centro-Oeste	-0,0195***	-0,0046***	-0,4993***	-0,0859***	0,0311***	0,0075***
Constante	0,9109***		-0,9122***		1,1200***	
Número de observações		35,402,275		4,731,951		30,670,324
Waldchi2(22)		1482728,68		139263,54		846432
Prob> chi2		0,0000		0,0000		0,0000
Log pseudolikelihood		-22797309		-2475.887,5		-20282128
PseudoR2		0,0315		0,0274		0,0204

Erros Padrão Robusto sem Parênteses.

*** p<0,01; **p<0,05; * p<0,1.

Fonte:Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa, 2020.

Tabela 4 - Probabilidade e efeito marginal da mulher chefe para as diferentes regiões do Brasil

Região Norte			Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste	
Variáveis	Coeficiente	Efeito Marginal dy/dx	Coeficiente	Efeito Marginal dy/dx	Coeficiente	Efeito marginal dy/dx	Coeficiente	Efeito Marginal dy/dx	Coeficiente	Efeito Marginal dy/dx
Zona Rural	-1,0215***	-0,2426***	-0,7867***	-0,1884***	-1,2573***	-0,2917***	-0,9496***	-0,2078***	-1,2297***	-0,2875***
Idade	0,0353***	0,0084***	0,0303***	0,0073***	0,0384***	0,0089***	0,0434***	0,0095***	0,0014**	0,0003**
Branca	-0,0897***	-0,0213***	-0,0598***	-0,0143***	-0,0993***	-0,0230***	-0,0562989	-0,0123***	-0,1786***	-0,0418***
Horas Trabalhadas	-0,0005***	-0,0001***	-0,0054***	-0,0013***	0,0004***	0,00009***	-0,0057***	-0,0013***	-0,0094***	-0,0022***
ln Rendimento	-0,2577***	-0,0612***	-0,1958***	-0,0469***	-0,3223***	-0,0748***	-0,2211***	-0,0484***	-0,2176***	-0,0509***
Experiencia	-0,0219***	-0,0052***	-0,0305***	-0,0073***	-0,0404***	-0,0094***	-0,0403***	-0,0088***	0,0102***	0,0024***
Experiencia ²	-0,0002***	-0,00005***	0,00005***	0,00001***	0,0001***	0,00003***	-0,00001*	-0,000003*	-0,0002***	-0,00005***
Filhos	0,4163***	0,0989***	0,4203***	0,1006***	0,5342***	0,1239***	0,4705***	0,1029***	0,6126***	0,1432***
Migrante	-0,0739***	-0,0176***	-0,0401***	-0,0096***	-0,0574***	-0,0133***	-0,0656***	-0,0144***	-0,0048*	-0,0011*
Estado Civil	-0,2596***	-0,0617***	0,2975***	0,0712***	0,3337***	0,0774***	0,3846***	0,0842***	-0,3116***	-
Sabe Ler	0,1901***	0,0452***	-0,0448***	-0,0107***	-0,0597***	-0,0138***	0,0159*	0,0035*	0,0283*	0,0066*
Carteira assinada	0,0419***	0,0099***	0,0778***	0,0186***	-0,0183***	-0,0042***	0,0708***	0,0155***	-0,0751***	-0,0176***
Mais de um trabalho	-0,3311***	-0,0786***	-0,1166***	-0,0279***	0,1393***	0,0323***	0,1745***	0,0382***	0,0072*	0,0017*
Renda Domiciliar	0,0016***	0,0004***	0,0029***	0,0007***	0,0005***	0,0001***	0,0005***	0,0001***	0,0053***	0,0012***
Sem Instrução	0,1366***	0,0325***	-0,0012***	-0,0003***	0,1840***	0,0427***	-0,0112*	-0,0024*	0,4067***	0,0951***
Fundamental	-0,0868***	-0,0206***	-0,0255***	-0,0061***	0,0543***	0,0126***	0,1230***	0,0269***	0,1540***	0,0359***
Médio	-0,1315***	-0,0312***	-0,0693***	-0,0166***	-0,0247***	-0,0057***	0,0181**	0,0039**	0,0728***	0,0169***
Superior	-0,0169***	-0,0040***	-0,0281***	-0,0067***	0,0648***	0,0150***	-0,0617***	-0,0136***	0,0996***	0,0233***
Constante	0,7731***		0,7600***		1,2162***		0,4282***		1,2513***	
NúmerodeObservações		5,775,815		10,780,680		13,688,477		3,288,942		1,536,068
Waldchi2(22)		303293,8		405122,48		592750,03		138852,94		71104,81
Prob> chi2		0.0000		0.0000		0.0000		0.0000		0.0000
Log pseudolikelihood		-3725046,1		-7059468,4		-8742672,5		-2020047,3		984309,1
PseudoR2		0,0391		0,0279		0,0328		0,0332		0,0349

Erros Padrão Robustos em Parênteses.

*** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa, 2020.

Em relação a faixa educacional das diferentes regiões brasileiras, o fato da mulher saber ler tem efeito na região Sul, é negativo a 1,07% e 1,38% nas regiões Nordeste e Sudeste respectivamente, e positivo na região Norte e Centro-Oeste, o mesmo ocorre na variável sem instrução. Ter o ensino fundamental completo influência de forma negativa nas regiões Norte e Nordeste, ou seja, nas regiões mais pobres do país o fator ensino fundamental é bem relevante na influência da mulher se tornar chefe de família, nas outras regiões são positivamente influenciáveis.

Considerações finais

Embora a questão que envolve a mulher como chefe de família represente um estudo mais contemporâneo, os resultados desta pesquisa revelam um perfil bem qualitativo dessas mulheres, que vêm lutando por um posicionamento social, econômico e até mesmo histórico ao longo dos anos. Desponta uma configuração da família nova, embora exista um homem e mulher no lar, a esposa se torna com mais frequência a referência familiar.

Diante dos resultados apresentados nesta dissertação, sugere-se que as conexões sociais, econômicas, profissionais, culturais, humanitárias ou afins relativas ao papel da mulher hodierna, têm que ser estimuladas, para que diminua o convencionalismo que ainda impõe uma sociedade machista no qual a mulher tem um papel não igualitário na sociedade. Outra necessidade visualizada nessa pesquisa, tem em conta os programas governamentais voltados para capacitação educacional, econômica e de redistribuição de renda que conheça melhor as características do perfil dessas mulheres, e assim possam ser voltadas de forma mais eficiente, suprimindo a necessidade socioeconômica dessas famílias chefiadas por mulheres.

A mulher, ao longo dos últimos anos, vem mostrando sua capacidade em se adaptar a diversidade social, destacando-se como referência no lar, não somente em famílias monoparentais, como foi comprovada pela pesquisa. Sua ascensão social vem se solidificando, de tal sorte que abrange elementos culturais e historicamente construídos sobre a mulher, incentivando uma independência financeira.

Os resultados revelaram que além da mulher estar se destacando como responsável pelo lar, o impacto é superior em mulheres não brancas, que têm filhos e que moram nas regiões urbanas. Comprova-se também que a maioria dessas mulheres, que são referência do lar, possuem uma renda familiar, *per capita*, de até um salário mínimo. Indicando que são famílias de baixa renda, muitas vezes, desestruturadas por conta da violência. O fato de a mulher estar

se destacando como provedora do lar, aumentou cerca de 10% no Brasil durante os últimos 10 anos, mostra que não se trata de uma ideologia, nem de feminismo, mas uma necessidade de sobrevivência, presente nos grandes centros urbanos e no meio rural. A mulher se vê hoje não mais como um ser humano frágil, mas como uma guerreira pronta para combater um ditatorial machista do passado.

Destaca-se que, no meio rural, embora a mulher tenha conquistado mais espaço nos últimos anos, quando comparado com o meio urbano, é um espaço pequeno, já que nas áreas urbanas é mais acessível a mulher se tornar responsável pelo lar. Nas grandes zonas urbanas, são oferecidas maiores oportunidades de emprego para pessoas do sexo feminino, o que pode ser de grande relevância para responder as diferenças estatísticas entre as duas regiões.

As mudanças na sociedade levaram a uma transformação profunda do perfil da mulher. Assim, percebe-se uma elevada tendência da mulher assumir o papel de chefe da família. Além disso, o perfil da mulher se alterou nos últimos 10 anos. Atualmente, ela busca maiores níveis de escolaridade, melhores empregos, com melhores salários e, aparentemente, famílias menores, com menor número de filhos. Enfim, os resultados indicam que a mulher está cada vez mais presente econômica e socialmente. O perfil de família patriarcal vem perdendo o status de maioridade, trazendo à tona uma discussão ampla sobre o papel da mulher na nova conjuntura familiar e seus impactos socioeconômicos.

Sugere-se a continuidade de estudos da temática em questão com dados mais atuais dado a relevância do assunto e aumento da chefia da mulher na sociedade de maneira geral, com os motivos já explanados no presente trabalho. Diante do que foi estudado, sugere-se que seja acompanhada o decorrer destas novas circunstâncias sociais, pois tais arranjos familiares ganham gradualmente ênfase não apenas no Nordeste ou Brasil, mas mundialmente. Revelando situações antes não observadas, diante do machismo elevado que está saturado ainda em nossa sociedade.

Referências

ALVES, J.E.D. A mulher na política, despatriarcalização e envelhecimento: o crescente poder das balzaquianas. **Revista GÊNERO**, Niterói, v.14, n.2, p. 51-66, 2014.

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.; CARVALHO, A.A.; SOARES, M.C.S. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: BLAY, E. AVELAR, L. (Orgs.): **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2017.

ALVES, J. E. D. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. *In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Belo Horizonte: ABEP, 2017.

ARANHA, M. L. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In: ÁVILA, Maria B.; FERREIRA, Verônica (Org.). Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS CORPO Instituto Feminista Para a Democracia. Recife: Instituto Patrícia Galvão, 2014.

BARROS, R. P.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. *In: SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICA ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO*, 2., 1994. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. p. 79-85.

BARTHOLO, L.; ARAÚJO, L. R. C. Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. Caxambu: ABEP, 2008.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indica nas pesquisas nacionais? Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 6., 1998, Olinda/PE. **Anais...**, Olinda/PE: ABEP, 1998.

BERQUÓ, E.; OLIVEIRA, M. C. Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990. p. 30-64.

BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. *In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: UNICAMP/Nepo, 2006. p. 51-65

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Minas Gerais: Cedeplar, 2007.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. **Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010**. São Paulo, 2017.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CARDOZO, M. M.; PERETTI, R. M. P. **O desenvolvimento da família e a nova condição da mulher na sociedade capitalista**. Londrina, 2010.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, R. E. **Temas de educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CAVENAGHI, S. M.; ALVES, J. E. D. Domicílios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. Santiago de Chile, **Notas de Población**, 92, 2011. p. 15-45.

CAVENAGHI, S. ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 20p. (Estudos sobre Seguro, nº 32).

DUFLO, E.; GREENSTONE, M.; PANDE, R.; RYAN, N. O que a reputação compra? Diferenciação em um mercado para auditores externos. **American economic review**. v. 103, n. 3, p. 314-319. 2013.

- FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil: direito das famílias**. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVM. 2012.
- FEITOSA, L.C. Gênero e sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias. **História. Questões & Debates**, Curitiba, n.48-49, p.119-135, 2008.
- GREENE, W.H. **Econometric Analysis**. 7. ed. Nova York: Pearson p.1238. 2012.
- HAIR, Jr.; J. F. *et al.* **Multivariate data analysis with readings**. Nova Jérsei: Englewood Cliffs, Prentice-Hall. 1998.
- HOSMER, D. W. Jr.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: Wiley, 1989. 382p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio – PNAD 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=286444>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio – PNAD 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=286444>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.
- LONG, J.S. ; FREESE, J. **Regression models for categorical dependent variable using stata**. 2. ed. Stata Press, 2006.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, G.L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, v.7, n.3, p.901-908, 2009.
- MELO, H. P.; SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/Nead, 2006. p.47-87.
- MELO, H. P.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, e WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10. **Anais**. Rio de Janeiro: SOBER, 2000.
- MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. **Escola inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.61-85.
- MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais...** Ouro Preto, MG, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf>. Consultado em: 20 set. 2019.
- MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão. 788.).
- MONTALI, L. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia**. v.2. n. 4, p.109-134. 2014.
- OLIVEIRA, I.B. **O Currículo como criação cotidiana**. Petrópolis, RJ: DPetAlli, 2012.

PACHECO, L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, R. M. F. *et al.* Condição feminina de mulheres chefes de família em situação e vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n.105, p.167-179, 2011.

RIBEIRO, D. A. M.; MARIANO, N. A.; LOPES, S. O. B. Família monoparental feminina: um olhar sobre as mulheres chefe de família referenciadas no cras de um município de pequeno porte. **Revista Saber acadêmico**, v.17, n.1/2, jan./dez. 2014.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, A. T. Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. **Anais...** Florianópolis, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST34/Aline_Tosta_dos_Santos_34.pdf>. Acesso em: 25/2019.

SANTOS, F. A. S. A. Monoparentalidade e resiliência: um estudo com mulheres chefes de família em situação de baixa renda. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO), 16. **Anais...** Recife, 2011.

Disponível em: <https://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyl7czozNjoiYToxOntzOjExOjJRF9UUKFCQUxITyI7czo0OiNzIwlt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6Im QzZTI2NTAwYTFiYmM1MjQ2OTNkNzMwNTEuXGZlZjJhIj9>. Acesso em: 28 set. 2019.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. *In*: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.